

NARRATIVA MIDIÁTICA DO AGRONEGÓCIO SOB O ÂNGULO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Juliana dos Santos Francisco¹
Maria Clara Ferreira de Andrade²
Camila Brandão da Silva³
Suellem Aparecida Urnauer⁴

Sabe-se que o grande número de informações encontradas nos meios de comunicação a respeito do agronegócio, são instrumentos fundamentais para formação de opinião pública das atividades em que o setor está inserido, principalmente quando se refere ao tema sustentabilidade. O presente trabalho busca fazer uma análise das notícias propagadas pelo meio midiático voltadas ao agronegócio, sejam elas vinculadas a ONGs, jornais e artigos e como impactam juridicamente a sociedade através de uma análise do discurso utilizado pelos meios de comunicação. Os órgãos públicos de proteção ambiental possuem o objetivo de fiscalizar as atividades agrícolas, propor a recuperação das áreas em processo de enfraquecimento do solo e racionar os recursos hídricos, minerais, energéticos e renováveis. A Lei Nº 8.171 declara que a fiscalização e o uso consciente desses recursos naturais também são encargos dos proprietários de direito, ou seja, dos possuintes ou ocupantes de terras em zonas rurais. Neste sentido, a tecnologia tem auxiliado as práticas do agronegócio a se desenvolver de maneira sustentável, permanecendo com a produção e consumo e promovendo o equilíbrio entre o social e o ambiental utilizando-se de dados disponibilizados nas redes para aplicação de estratégias. Ocorre que, através da propagação de dados incorretos, a aplicação de políticas sustentáveis no agronegócio se torna ineficaz, e ainda, prejudica a imagem da cadeia produtiva brasileira para o comércio exterior. Neste sentido, o setor midiático têm um importante papel na divulgação e compreensão dos assuntos de interesse público, tendo a responsabilidade de desvelar as informações de maneira imparcial trazendo à baila um novo conceito, a *midiatização*. Em breve síntese, este último conceito surgiu como uma tentativa de

¹Juliana dos Santos Francisco; acadêmica da UNIFAAHF e pesquisadora do Grupo de pesquisa em Direito do Agronegócio vinculado à UNIFAAHF – DDAGRO. juli333santos@outlook.com.br

²Maria Clara Ferreira de Andrade; acadêmica da UNIFAAHF e pesquisadora do Grupo de pesquisa em Direito do Agronegócio vinculado à UNIFAAHF – DDAGRO mariaclara.andrade22@outlook.com

³Camila Brandão da Silva; acadêmica da UNIFAAHF e pesquisadora do Grupo de pesquisa em Direito do Agronegócio vinculado à UNIFAAHF – DDAGRO camilabrandao.lem2017@gmail.com

⁴Suellem Urnauer. Doutoranda em Ciências Jurídicas – UMINHO. Mestre em Direito – UniFG. Advogada. Docente da UNIFAAHF e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direito do Agronegócio vinculado à UNIFAAHF-DDAGRO. profsuellen.urnauer@gmail.com

compreender como a mídia se difunde e influencia outros campos ou instituições sociais, dentre eles a política, a religião e o próprio direito, através de uma representação da realidade contruída pelos disseminadores de informação, guiando a percepção do público acerca de um assunto para um posicionamento parcial, construído a partir de informações falsas. Ante ao exposto é necessário observar tal influência sob a ótica da “Análise Crítica do Discurso” a qual demonstra como as práticas lingüístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação. Com efeito a ideologia, poder e dominação disseminadas atravessam distintos problemas sociais que alcançam e envolvem de diferentes formas o Direito (Menna Barreto, 2019), importa observar ainda que, dessas publicações parciais, decorre vários grandes problemas levantados pelos analistas críticos do discurso, os quais interessam à observação dos aplicadores do Direito. Com objetivo de compreender a consequência jurídica da propagação de notícias voltados para o agronegócio de forma a detectar, interpretar e denunciar a dimensão ideológica do discurso jurídico em um contexto de dominação e perpetração de desigualdades Esta pesquisa qualitativa adota os método bibliográfico-documental com análise das notícias propagadas pela mídia e quais as consequências jurídicas do discurso utilizado de forma parcial e manipuladora.

Palavras-Chave: Agronegócio, midiaticização, propagação de notícias, análise do discurso

Referências:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18171.htm.

BRASIL. Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola.

OLIVEIRA, José Carlos. Sustentabilidade deve ser a marca da agropecuária pós-pandemia, dizem especialistas. Câmara dos Deputados, 26 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/800205-sustentabilidade-deve-ser-a-marca-da-agropecuaria-pos-pandemia-dizem-especialistas/>. Acessado em: 23/07/2022.

HARVARD, Stig. Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143023787004.pdf>. Acesso em: 25/07/2022.

SILVA, Ellen Fernanda Gomes. O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade.2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1586334-O-impacto-e-a-influencia-da-midia-sobre-a-producao-da-subjetividade.html>. Acesso em: 25/07/2022

MENNA BARRETO, Ricardo de Macedo. Direito, discurso e poder: os media e a decisão judicial. Tese de Doutorado em Ciências Jurídicas Gerais. Escola de Direito, Universidade do Minho, 2019.

WARAT, Luis Alberto. à procura de uma semiologia do poder. Sequência – Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis/SC, UFSC, v. 2, n. 3, p. 79-83, 1981. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/17232>>. Acesso em: 30 jul. 2022